

POR UMA MUSICOLOGIA GEO-HISTÓRICA: REPENSANDO OS PROBLEMAS DE PERIODIZAÇÃO NAS SÍNTESES MUSICOLÓGICAS REGIONAIS

Artigo de pesquisa

Alberto Dantas Filho 

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil 

alberto.dantas@ufma.br

Resumo: O artigo aborda os problemas da periodização histórico-musicológica pela via da geo-história. Procura estabelecer nexos epistemológicos entre aspectos diacrônicos e sincrônicos ao abordar o espaço de vivências como articulação entre essas duas instâncias. Propõe modelos de interpretação historiográfica a partir dessa perspectiva.

Palavras-chave: geo-história, periodização histórica, musicologia histórica, tempo histórico, Milton Santos

FOR A GEO-HISTORICAL MUSICOLOGY: RETHINKING PERIODIZATION PROBLEMS IN REGIONAL MUSICOLOGICAL SYNTHESIS

Abstract: The article addresses the problems of historical-musicological periodization through geo-history. It seeks to establish an epistemological link between diachronic and synchronic aspects by approaching the space of experiences as an articulation between these two instances. It proposes models of historiographical interpretation from this perspective.

Keywords: geohistory, historical periodization, historical musicology, historical time, Milton Santos

Há cerca de cinco anos, em um evento acadêmico da área musicológica, durante intervalo para o almoço, nós, os palestrantes convidados do evento, conversávamos entusiasmados, apertados na van que nos conduzia a um restaurante de Salvador, sobre a necessidade de trabalhos de síntese histórica em nosso meio de estudos.

Chegávamos à conclusão que os poucos trabalhos de generalização que abordavam a história de nossa música eram centrados em leituras tradicionais que convergiam sempre para uma visão centrada no protagonismo da região sudeste e, via de regra, tratavam da gênese da atividade musical no Brasil, na região nordeste, com um distanciamento que não contribuía para uma visão orgânica do desenvolvimento desta atividade em nosso meio.

A conversa continuou efusiva durante o almoço e foi redundando na percepção de que precisávamos evoluir dos trabalhos pontuais que abordavam a realidade de nossas cidades, de nossos estados, para sínteses locais ou regionais.

Eis aí o mote deste escrito, fazemos uma musicologia histórica acadêmica há pelo menos vinte e cinco anos, mas não temos uma produção que sintetize essa face de nossas indagações. Justiça faça-se à Paulo Castagna e suas apostilas da UNESP que, reunidas, traçam um perfil pormenorizado e atual de nossa história musical geral, à Pablo Sotuyo Blanco e a sua liderança nordestina no zelo pelo rigor e no apreço por uma musicologia da região e a João Berchmans, pioneiro ao propor estudos regionais e interdisciplinares ao ver as particularidades da sub-região Meio-Norte e seus aspectos micro-históricos.

Se nos remetemos aos estudos históricos desde o início do século XX, vamos constatar que esta já era uma preocupação forte, presente em estudos os mais variados e que sempre procuravam demonstrar que a lógica da preponderância dos estudos gerais abrangentes não dava voz ao particular, à situação vareja que engendra ou, pelo menos, deveria engendrar aqueles primeiros estudos.

A nossa tentativa aqui é resgatar no campo histórico, as ferramentas epistemológicas que despertaram a historiografia contemporânea para essa necessidade e buscar, então, meios para trazer a discussão à musicologia, conferindo-a um lugar de novidades e instrumentalizando-a com os recursos reconhecidos pela Geografia, pela Nova História.

Foi o geógrafo Vidal de la Blache (1845-1918) o fundador da Escola Francesa de Geografia, o primeiro estudioso a evocar o tema, baseado em uma visão, à época particular, de que um estado deveria ter a percepção apropriativa de seu espaço geográfico baseado no conhecimento de suas características naturais e humanas de um dado território (Ribeiro 2012, 2).

Em um ambiente que remontava a necessidade de afirmação dos recém-formados estados nacionais, La Blache buscava uma geografia de cariz humano que pudesse divulgar o interior da nação, constituindo um povo e unificando a terra e, com isso, emoldurando o que viria a ser a Geografia Regional que colocou no centro da discussão acadêmica os espaços e os lugares, bem ao gosto do nacionalismo europeu que ganhava força.

Na feição historiográfica do assunto, nascia na França a Escola dos Anais ou movimento em torno do periódico *Annales d'histoire économique et sociale*¹ cujo papel inicial era de buscar novas ferramentas investigatórias para incorporar os métodos das Ciências Sociais às Ciências Históricas. Fundado pelos professores Lucien Febvre e Marc Bloch em 1929 os *Annales* tinham como princípio epistemológico o afastamento do positivismo histórico como crônica, em favor de uma história *événementielle*, "acontecimental," se fosse possível traduzi-la para o nosso idioma.

Partindo do primeiro princípio estruturante utilizado por esta nova modalidade historiográfica, que ampliava a visão dos acontecimentos históricos observando os processos de longa duração, agora era possível criar formas e narrativas inteligíveis dos grandes movimentos civilizatórios, aumentando, sobremaneira, o campo de observação dos fenômenos.

Isso permitiu novas modalidades de subcampos historiográficos como a criação de uma História das Mentalidades ou História Cultural, ampliou a capacidade analítica de fenômenos que agora podiam ser analisados não apenas diacronicamente, mas sincronicamente, por meio de ferramentas da sociologia, geografia, psicologia, economia e, mais tarde, às ciências afins como a musicologia.

No confronto entre as diversas perspectivas abertas pela Nova História está, no centro do debate, a tensão gerada pela criação de uma *História Total*, cultivada pelos seus fundadores e a visão de uma tensão ou ruptura da tendência contemporânea de uma historiografia fragmentada que, neste caso particular, seria uma tendência liderada pelo orientando de Le Febvre, Fernand Braudel.

Percebemos que na miscelânea de acontecimentos do período, a conturbada primeira metade do século XX, a historiografia ocidental passa por um frenesi de ajustamentos especulativos que, ao mesmo tempo que torna a ciência histórica instável, procura quase que denunciar este caráter instável como uma qualidade inerente à base narrativa de sua essência analítica.

O fato histórico passa a ser visto em sua face mais tênue e não como "ações humanas significativas," incorporando-se de elementos antes desprezados pelos estudos positivistas e diplomáticos como o não dito, o não escrito, o fraco, a minoria, o marginal etc., são vistos como elementos importantes para a composição dos estudos históricos. Essa nova perspectiva também dá margem ao surgimento de novas ciências que já vinham se configurando no último cartel do século XIX como, a História da Arte, a História das Mulheres, a História da Vida Privada ou ainda as ciências derivadas da própria História, como já referida, as musicologias.

Como ciência aceita por um grupo de acadêmicos (Scandarolli 2018) a Musicologia Histórica aparece em Guido Adler:

Para Adler, a musicologia histórica lidava com disciplinas que instrumentassem o tratamento de documentos, e a discussão conceitual histórica e filosófica da música. As ciências afiliadas da musicologia histórica eram, além da história e da filosofia, filologia, arquivologia, museologia, paleografia musical, história da literatura, história das artes miméticas, bibliografia. (Blomberg 2011, 416)

No Brasil, esta ciência teve seus inícios com os trabalhos dos pioneiros Francisco Curt Lange e Jaime Diniz, aquele, uruguaio de nascimento, erradicado no Uruguai, teve no Brasil seu maior campo de estudos ao propor o desenvolvimento, durante o período lusoamericano, de uma música de senso europeu, barroca e com características próprias. O segundo colocou no mapa das pesquisas centradas até então no centro-sul brasileiro, a região Nordeste, nomeadamente, a Bahia e Pernambuco, mostrando o protagonismo e a importância da compreensão dos primeiros esboços da atividade musical em nosso território.

Após um período intermediário de estudos que começam a entrar no universo acadêmico, a partir dos anos de 1970, com trabalhos ainda dispersos em periódicos e anais de eventos científicos, Castagna percebe a necessidade de serem suficientemente referidos, apontando o fortalecimento como área científica a musicologia histórica no Brasil na década de 1990 (Castagna 2008).

1 Anais da História Econômica e Social.

Em sua fala final, Castagna nos dá um testemunho da atual situação da musicologia a partir daquela época, (Ibidem, 52):

Não há dúvidas de que a musicologia brasileira vem manifestando sensíveis mudanças desde a década de 1990 e, se a nova posição ainda não foi solidificada, ao menos pode-se vislumbrar a transição de uma musicologia principalmente focada em obras e compositores, típica das décadas de 1960 a 1980, para uma nova musicologia, caracterizada pela maior amplitude na seleção de objetos, métodos, interesses, interrelações, responsabilidades, abordagens, períodos históricos e regiões geográficas, conseqüentemente acompanhada de maior amplitude nos resultados obtidos. Mais diversificada e menos centralizada, a nova musicologia está surgindo não apenas por influência externa, mas também pelo esgotamento das abordagens baseadas quase exclusivamente em obras e compositores, visão que, embora tenha permitido o aprofundamento da pesquisa musicológica, enfatizou excessivamente a utilização do repertório no presente e produziu pequeno interesse na investigação do seu significado no passado. (Castagna 2008 52)

Atualidade

Passamos agora por um momento de expansão dos instrumentais investigatórios utilizados em nossas pesquisas e este alargamento nos traz o desafio de pensarmos na diversidade cultural e na extensão territorial do Brasil, o que nos faz ver que, para a compreensão de nossa música, precisamos incorporar uma temática inclusiva, repondo uma outra música a uma outra musicologia.

Ademais, em termos epistemológicos, o século XX traz uma nova concepção de história focando o olhar historiográfico interdisciplinar que podemos caracterizar na pluralidade de fontes, na valorização da dinâmica complexa e relacional entre os sujeitos e os espaços, de tal forma, que resultaria na ênfase das relações interculturais enfatizando a visão sincrônica e tornando a história uma ciência social.

O depoimento de Castagna nos traz a base para discussões futuras visando a compreensão de um lugar para as Ciências Musicais no Brasil.

Para a compreensão dessa situação destacamos dois momentos, referidos acima, desta sua referida fala: 1- que a musicologia brasileira parte de uma situação que focava “obras e compositores, típica das décadas de 1960 a 1980” e 2- chegando [atualmente] a [...] “uma nova musicologia, caracterizada pela maior amplitude na seleção de objetos, métodos, interesses, interrelações, responsabilidades, abordagens, períodos históricos e regiões geográficas, conseqüentemente acompanhada de maior amplitude nos resultados obtidos” (Castagna, Ibid.) [grifo nosso].

Percebemos, claramente, que os elementos elencados por Castagna enumeram, em si, os pressupostos fundamentais para a realização de uma musicologia coadunada com os novos recursos epistemológicos. Os estudos referentes ao cotidiano, à micro-história, à história local ou regional trazem à discussão científica uma espécie de lado esquecido e que, do desinteresse hermenêutico, passamos à constituição de um imprescindível acervo de fontes de incrível mobilidade e modalidades, nada deve ou pode ser desprezado pela pesquisa musicológica.

A posição referencial de coleções, acervos e obras, compositores e estilos gera uma nova e desafiadora postura investigativa. O musicólogo converte-se em uma espécie de hermeneuta examinando a cultura no sentido em que Geertz classificou como *teias de significados* que, sem coordenação relacional perde completamente o seu sentido estrutural e funcional. A ideia, baseada em Max Weber de que, “...o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu...”, onde Geertz assume a cultura [...] como sendo essas teias e sua análise: portanto, não como uma ciência experimental, mas como uma ciência interpretativa, à procura de significado” (Geertz 2008, 4).

Esta assertiva impeli-nos a pensar não somente na história, mas nas fontes e toda a sorte de testemunhos como portadores de narrativas significativas e altamente instáveis, porque relacionais.

Importa saber, com precisão, de onde partimos para a compreensão semiótica do conceito de teia utilizado por Geertz. Segundo este autor a base para a interpretação parte de uma escolha, de uma tomada de decisão que implicará uma tarefa decifratória. Podemos dizer, como o próprio Geertz, que a tarefa investigatória (e aí também incluímos a Nova História e, por extensão, a Nova Musicologia), terá como elemento relacional o trabalho de campo. Vejamos o que diz Geertz a respeito: “Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado” (Geertz 2008, 7).

Lourdes de Ita em seu muito importante artigo *La importancia del análisis transnacional y transregional en los estudios geo-históricos para América Latina* (Ita n.d., 1) recoloca o papel exercido pela geografia histórica na composição dos estudos do período pré-nacional da América Latina, em que a necessidade da utilização de diferentes “escalas espaciais” seriam imprescindíveis para a compreensão das esferas da paisagem e da população, do econômico, social e cultural.

Considerando qualquer forma cumulativa documental, mesmo as mais regulares, um entrecruzar de trajetórias diversas em relação às fontes e, sobretudo, àqueles materiais como as partes cavadas ou as partituras, para citar dois exemplos, observamos uma dinâmica em suas histórias: não linearidade e inteiramente interrelacional, espelhando as relações sociais em rede que as engendraram. Isso em todos os níveis do aparato documental: a obra autógrafa, as cópias, as interpretações lexicais *ope ingeni, ope codicum*, versões editoriais (como em Grier), ou mais recentemente toda a sorte de nuances fonográficas e mediáticas (como em Nicholas Cook).

Por outro lado, temos as questões relativas à própria construção de uma narrativa histórica que, na relação com a música, tem ontologicamente tensões irreconciliáveis quanto ao objeto que, por sua natureza, tem formas variadas temporais como o ritmo, o pulso, *tactus*, internamente, as relações fenomênicas com o tempo comum, as vivências temporais da própria narrativa musical e suas relações com a prosódia.

Quando observamos a crônica histórica e a problemática de sua estruturação, observamos que a linearidade narrativa ainda é mais conservadora que em outras áreas, ao apresentarmos acima alguns elementos pontuais que dizem respeito a matéria primeira de uma construção histórica para as coisas da música, estamos tentando ampliar o leque de preocupações epistemológico-históricas e, por este motivo, propomos no mesmo sentido do trânsito interdisciplinar que envolve a questão, a busca de uma geografia que estabeleça as bases tópicas da pesquisa histórica como o “lugar e sua construção social,” as mudanças evidenciadas nos suportes documentais e as nuances de superfície que podem nos levar a uma condição não diacrônica e, de forma relacional, termos a música em todas as suas formas hierárquicas horizontais significadas pela experiência.

Proponho um novo olhar, e me perdoem a ousadia, um novo ramo da pesquisa musicológica, ou mesmo uma nova ciência musicológica que abarque tais preocupações, uma musicologia geo-histórica, baseada na preocupação de não apenas resgatar “antigas formas morfológicas apesar de sua importância na recuperação da produção material das sociedades do passado” (Abreu apud Silva 2012, 3), aqui de forma relacional com as morfologias expressas nas fontes documentais.

Nesta linha de raciocínio podemos indicar as formas jurídicas e institucionais na música – vigentes à época e vigentes agora, através das formas institucionais e jurídicas, tais como, o estabelecimento de ensino musical, o teatro ou sala de concerto, a igreja e as instituições de provimento jurídico, tais como, os vínculos trabalhistas, os direitos da obra, o estatuto jurídico e social do músico (compositor, intérprete, o fabricante de instrumento, a audiência etc.).

Deixemos agora as questões mais intrínsecas e de referência pontual, sugiro um olhar mais amplo quando da estruturação sincrônica dos tempos históricos ou, como na acepção de Milton Santos “tal como ele [o tempo] se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisá-la” (Ibid., 3).

Uma justificativa para novas periodizações: eixo das sucessões e o eixo das coexistências

A Geo-história encara o “lugar,” enquanto “lugar de práxis” composto por devires temporais caracterizados fenomenicamente por interações sucessivas, um eixo diacrônico de sucessões e outro por interações relacionais, simultâneas, e que expressam o eixo das coexistências:

...em cada lugar, os sistemas sucessivos do acontecer social distinguem períodos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Este é o eixo das sucessões. Em cada lugar, o tempo das diversas ações e dos diversos atores e a maneira como utilizam o tempo social não são os mesmos. Já no viver comum de cada instante, os eventos não são sucessivos, mas concomitantes. Temos aqui o eixo das coexistências. (Santos apud Silva 2012, 5)

A espacialidade geográfica e sua expressão temporal são diferentes para cada agente histórico, mesmo acontecendo simultaneamente,

...constatamos, de um lado, uma assincronia na seqüência temporal dos diversos vetores e, de outro lado, a sincronia de sua existência comum, num dado momento. **O entendimento dos lugares, em sua situação atual [ou retrospectiva, em se falando de geografia histórica] e em sua evolução, depende da consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências.** (Santos apud Silva 2012, 7) [grifo nosso]

As relações espaciotemporais, no caso da música, em sendo uma forma de expressão inteiramente baseada na experiência temporal, evocam tensões envolvendo duas dimensões: uma temporal, física, material e que tem relação direta com os suportes que a sustentam e outra, também temporal, mas imaterial, abstrata, subjetiva enquanto devir musical. Se nos remetemos a noção de tempo de Brentano:

A primeira das *Lições* expõe a teoria de Brentano a respeito da natureza de nossas concepções do tempo, e a sua crítica a esta teoria. Para Brentano, a imaginação é a fonte única da temporalidade. Cada dado perceptivo sensorial é duplicado pela imaginação em uma série de representações, na qual cada representação reproduz o conteúdo da precedente. [...] Cada série é associada à sensação correspondente, ao que Brentano chamou de “associações originárias.” O caráter de temporalidade, de ser passado ou futuro, consistiria em alterações das representações. (Granel apud Pereira Junior 1990, 74)

Sim, as percepções temporais evocam seriação, sucessividade, diacronismo, porém as significações do instante vivido serão sempre relacionais, daí a crítica à teoria de Brentano, pois, “mesmo que fosse possível haver percepção do passado ou do futuro, estas ocorreriam no instante presente” (Ibid.).

Dando sequência à possibilidade de uma estruturação geo-histórica de uma determinada maneira de fazer musicologia, podemos pensar concretamente na possibilidade de periodização musicológica a partir do pressuposto de que as temporalidades não são as mesmas para os diversos agentes sociais e, por analogia, para estruturas estanques do devir histórico. Voltando a Milton Santos temos:

O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo. (Santos apud Silva 2012, 6)

Temos, então, uma periodização apoiada em um eixo advindo da coexistência empírica do espaço e do tempo que se fundem formando o que Santos chamou de “unidade espaço-temporal.”

Seguindo este raciocínio, teríamos como território, o lugar geral, o lugar específico, o lugar de uso, o lugar de preservação das experiências vividas, tais como os espaços nacionais, as diversas modalidades de território, em um outro plano, os espaços de criação e fruição como a inserção em estilos e escolas, aspectos gerais da posição ou topos (como lugar comum retórico), como a representação de dada situação, que de forma funcional observamos no interior dos arquivos, das coleções e em tantas outras modalidades. Seguimos na tentativa de propor um modelo de periodização histórica para a nossa música.

Abaixo a ilustração proposta por Marcelo Wener da Silva para o “eixo das sucessões das coexistências” (Figura 1):

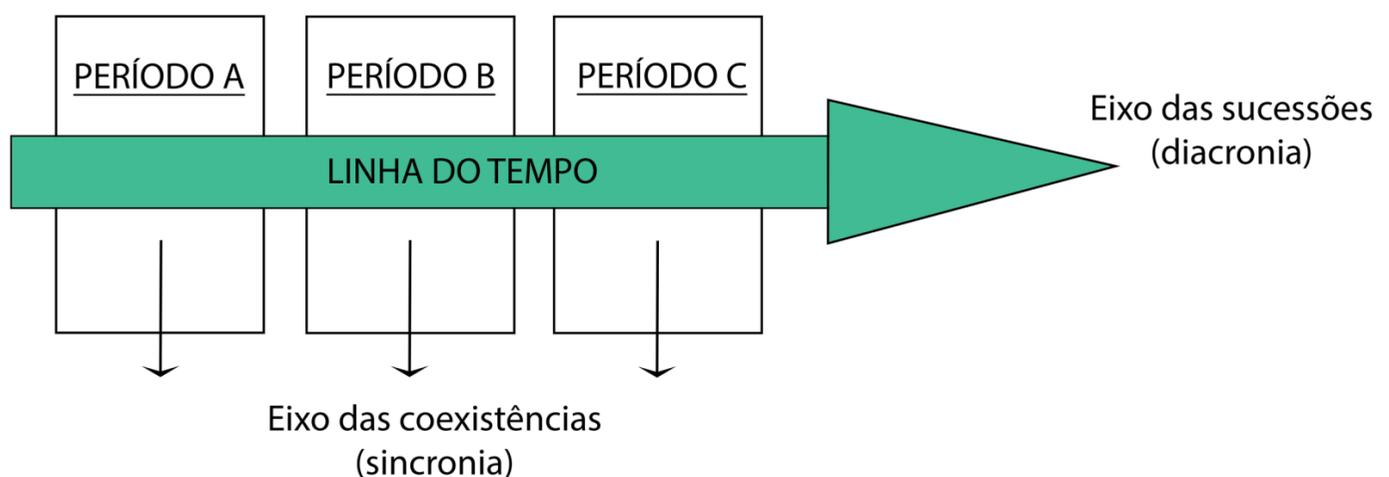


Figura 1. Eixo das sucessões das coexistências, in: A Geografia e o estudo do passado - conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais (Silva 2012, 6).

A partir deste modelo podemos, analogicamente, propor uma periodização histórica para novas sínteses com a seguinte estrutura (para efeito de pura demonstração sugerimos um possível recorte da História Geral do Brasil) (Figura 2):

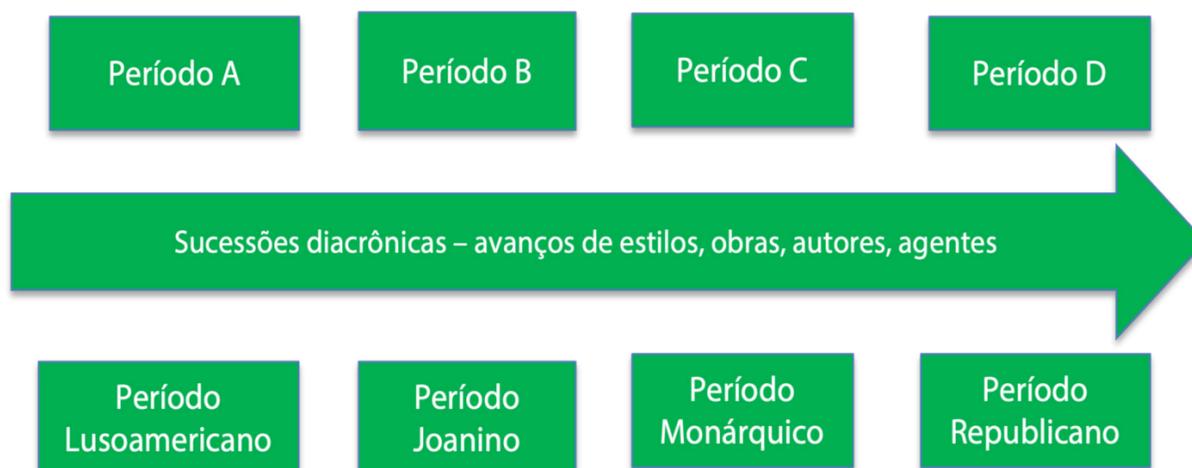


Figura 2. Analogia entre o “eixo das sucessões das coexistências” e a proposta de periodização histórica. Elaboração do próprio autor.

Ao traduzirmos este diagrama ao plano geral de uma obra de síntese histórica podemos fazer as seguintes analogias:

TABELA 1. Analogia entre elementos sincrônicos e elementos diacrônicos.

PERÍODOS	CAPÍTULOS
<p>ELEMENTOS SINCRÔNICOS</p> <p>p. ex., PERÍODO JOANINO</p>	<p>ELEMENTOS DIACRÔNICOS</p> <p>ITENS – Avanços temporais significativos (Transmigração da Família Real, p.ex.)</p> <p>SUBITENS – Elementos da dinâmica diacrônica (Criação da Capela Real no RJ, p.ex.)</p>

Fonte: Elaboração do autor.

Em resumo, achamos possível trazer a luz de novos procedimentos metodológicos, uma nova maneira de estruturarmos o tempo histórico levando em conta todas as dimensões possíveis de uma narrativa que sempre se revelará incompleta, porque ao incorporar-se ao presente e ao se projetar no futuro, traz consigo as inconsistências do “seu presente” e, por conseguinte, as dificuldades hermenêuticas do tempo que as tenta decifrar.

Tudo que aqui está presente faz parte de um esforço na concepção de novas e importantes formas de construção músico-historiográficas acercando-se da geo-história como mais uma via de integração interdisciplinar, particularmente, na construção de uma história regional da música do meio-norte, a partir do Maranhão.

Com isso, queremos contribuir para uma discussão mais alargada e mostrar que estamos longe de consensos, mas empenhados nessa tensão que confere à musicologia um lugar importante neste início de século para a compreensão de nossa história.

Referências

- Abreu, Mauricio de Almeida. "Sobre a memória das cidades." In Colóquio O discurso geográfico na Aurora do século XXI. Florianópolis, 1996:15, citado em Marcelo Werner da Silva, "A Geografia e o estudo do passado-conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais." In Terra Brasilis (Nova Série), (2012): 1-17. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/246>
- Blomberg, Carla. 2011. "Histórias da Música no Brasil e Musicologia: uma leitura preliminar." Projeto História. Revista do Programa de estudos Pós-Graduados de História, v. 43 (2011): 225-237. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/8040>
- Castagna, Paulo. "Avanços e Perspectivas na Musicologia Histórica." Revista do Conservatório de Música da UFPel, n. 1 (2008): 32-57. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/RCM/article/view/2431>
- Geertz, Clifford. Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- Granel, G. Le sens du temps et de la perception chez E. Husserl. Paris: Gallimard, 1968, 15-22, citado em Alfredo Pereira Junior, "A Percepção do Tempo em Husserl." Trans/Form/Ação, 13(1990): 13-73. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/x9p9HzWW344Wq4ZDk7zTW/Tj/?format=pdf&lang=pt> doi: 10.1590/S0101-31731990000100005
- Ita, Lourdes. "La importancia del análisis transnacional y transregional en los estudios geo-históricos para América Latina." In Actas del Coloquio Internacional de Historia y Ciencias Sociales - Región y Transregión en el Estudio Histórico, junho (2010). Disponível em: https://www.academia.edu/36128731/LA_IMPORTANCIA_DEL_ANALISIS_TRANSNACIONAL_Y_TRANSREGIONAL_EN_LOS_ESTUDIOS_GEO_HISTORICOS_PARA_AMERICA_LATINA?sm=b
- Ribeiro, Guilherme. "Geografia Humana: fundamentos epistemológicos de uma ciência." In Vidal, Vidais: Textos de geografia humana, regional e política, organizado por Sergio Nunes Pereira e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: 2012, 23-40.
- Santos, Milton. "A Natureza do Espaço: Técnica e tempo. Razão e Emoção." São Paulo: Edusp, 2004. 4. ed., citado em citado em Marcelo Werner da Silva, "A Geografia e o estudo do passado-Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais." In Terra Brasilis (Nova Série), (2012): 1-17. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marcelo_Silva13/publication/270031248_A_Geografia_e_o_estudo_do_passado/links/55c0c78708aed621de13e7bd/A-Geografia-e-o-estudo-do-passado/
- Scandarolli, Denise. "História e Musicologia: duas apropriações do passado." História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, vol. 9, n. 22 (2016): 225-237. doi: 10.15848/hh.v0i22.1050

Histórico do manuscrito:

Recebido em: 22 de julho de 2024. Aprovado em: 14 de setembro de 2024.

Editores responsáveis:

Beatriz Magalhães Castro 

